

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

As questões 01 a 10 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

Ética e moralidade no Serviço Público

Costuma-se dizer que a *corrupção material* é o recebimento de qualquer vantagem por prática ou omissão de ato de ofício, e *corrupção moral*, a que precede a material, porque é óbvio que, ao receber a vantagem, já ocorreu no corrompido a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional. Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva, porque também quem oferece a vantagem indevida já não apresenta princípio moral.

A corrupção moral abrange também a corrupção de costumes, a falta de caráter particular ou nacional, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade num grupo humano, a indiferença pela sorte alheia ou pelo interesse público, a tolerância condescendente de superiores às falhas dos subalternos, filhos e tutelados.

Corrupção não é apenas a infração ao dever funcional praticada pelo agente público (político ou administrativo). Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento. A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna. Antes de ferir o patrimônio público ou particular, a corrupção degrada os valores íntimos de cada um, relativiza o costume e a cultura da virtude, anulando, pois, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

A degradação moral começa por pequenas concessões, pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia e prossegue corroendo o homem e a sociedade. É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios, já na vida privada, que prepara a aceitação das grandes corrupções na vida pública.

Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos, mais ainda na convivência profissional-funcional. Assim, por força da própria Constituição Federal, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Como reforço dessa preocupação ética, a atual Constituição de 1988 também inovou no artigo 5º, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo essa norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa, deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular, ou mesmo, antes, revisto administrativamente.

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, a qual abrange todos os atos imorais, ímprobos ou antiéticos.

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Assim, o servidor público há de ser um ético de plantão vinte quatro horas por dia, já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica. Até porque a consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a

cidadania, corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos em busca, por exemplo, de mera complementação salarial. De diárias artificialmente pagas a obras e compras públicas no interesse de muitos, menos no do Estado, eis o leque da corrupção que vemos no noticiário todos os dias. O empresário corrompe o governo, e o governo corrompe o empresário. Todos querendo ou esperando tirar alguma vantagem desse quadro sombrio.

É claro que há muitas exceções. Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio. Mas o organismo contaminado anula boas células.

Portanto, não sejamos fracos no bem a ponto de permitirmos tantos fortes no mal. O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.

Disponível em: <<http://www.ensinandodireitoluizamara.com>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

01. Do texto, depreende-se que:

- A)** a corrupção material é diferente da moral, pois somente a primeira degrada valores, relativiza costumes e anula princípios.
- B)** a corrupção material e a corrupção moral representam atitudes ilícitas, as quais, em princípio, ocorrem de forma concomitante.
- C)** a corrupção material é anterior à corrupção moral. Esta representa a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; aquela pressupõe pagamento de vantagem para prática ou omissão de ato de ofício.
- D)** a corrupção material e a corrupção moral podem ser caracterizadas como ativa e passiva. Em ambos os casos, esses atos ilícitos pressupõem como criminosos tanto aquele que oferece vantagem indevida quanto o que a recebe.

02. Em relação à sua conduta, o funcionário público

- A)** tem de apresentar conduta ética, balizada por princípios pessoais ou por obediência obrigatória às leis em vigor.
- B)** deve agir, no exercício profissional diário, de modo a preservar a consciência ética dos usuários dos serviços públicos.
- C)** impede a ocorrência de atos de corrupção praticados por agentes públicos (políticos ou administrativos) quando age em obediência às leis.
- D)** garante o cumprimento dos direitos humanos universalmente declarados quando realiza atendimento adequado aos usuários.

03. De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A)** A expressão “filhos e tutelados”, no 2º parágrafo, refere-se a parentes de pessoas na administração pública que são favorecidos com alguma função em órgãos estatais.
- B)** No 5º parágrafo, afirma-se que a ética passou a integrar a Constituição Federal, como forma de normatizar a convivência informal e a convivência profissional-funcional.
- C)** A Constituição de 1988 prevê que todo ato da Administração lesivo aos bens públicos ou à moralidade será revisto administrativamente ou invalidado judicialmente.
- D)** A corrupção material e a corrupção moral têm a mesma procedência: a falta de princípios éticos e a de controle mais rígido por parte da sociedade civil e do poder público.

04. De acordo com o texto,
- A) os empresários, principais representantes da sociedade civil, envolvem-se em atos hediondos em busca de complementação salarial.
 - B) a aceitação das grandes corrupções na vida pública precede a tolerância de pequenos vícios na vida privada.
 - C) a corrupção degrada valores íntimos do cidadão sem, no entanto, anular os princípios mantenedores da dignidade da sociedade.
 - D) é indispensável que a ética integre a essência de qualquer ato estatal para que este seja válido e eficaz.
05. Na expressão “pequenas inversões **axiológicas**”, o termo em destaque
- A) é relativo aos valores éticos.
 - B) refere-se aos axiomas sociais.
 - C) relaciona-se aos direitos civis.
 - D) significa degradação moral.
06. Os termos em destaque no período “[...] **já** por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), **já** por coerção jurídica.” estabelecem uma relação semântica de
- A) tempo.
 - B) alternância.
 - C) causalidade.
 - D) conformidade.
07. Observe o período a seguir.

“O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.”
(último parágrafo do texto).

Mantendo-se o sentido desse período, outra proposta de reescrita em conformidade com a norma padrão é:

- A) O Brasil precisa que cada um de nós contribua para o resgate da virtude na vida brasileira e espera que essa contribuição seja decisiva, concreta e diária.
- B) O Brasil precisa e espera que cada um de nós contribua para resgatarmos decisiva, concreta e diariamente a virtude na vida brasileira.
- C) O Brasil espera que cada um de nós contribuamos decisivamente, concretamente e diariamente, e precisa que resgatemos a virtude na vida brasileira.
- D) O Brasil espera que cada um de nós contribua e precisa que decisiva, concreta e diariamente resgatemos a virtude na vida brasileira.

08. A seguir, encontram-se fragmentos do texto com uma explicação para o uso da vírgula.

I	“A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna.” – vírgulas utilizadas para demarcar um adjunto adverbial deslocado.
II	“[...] temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos [...]” – vírgula utilizada para separar a oração coordenada sindética explicativa da coordenada assindética.
III	“Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento.” – vírgulas utilizadas para separar o aposto.
IV	“Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio.” – vírgula utilizada para marcar a supressão do verbo.

A explicação para o uso da vírgula está correta em

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e II.

09. Outra possibilidade de concordância verbal igualmente aceitável, de acordo com a norma culta, está na opção:

- A) “Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética [...]”.
Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, têm falhado no processo de indução ética [...].
- B) “[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...]”.
[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...].
- C) “Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos [...]”.
Se, na convivência informal, todos já precisam de tratos éticos [...].
- D) “Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva [...]”.
Tanto uma como outra pode assumir forma ativa e passiva [...].

10. A opção que apresenta o uso correto do acento grave de acordo com a norma culta é:

- A) A tolerância de superiores à falhas de subalternos não é condizente com a ética e a moralidade esperadas no serviço público.
- B) Das diárias às obras públicas, todos os pagamentos feitos com recursos governamentais devem obedecer aos rigores da legislação em vigor.
- C) Os atos de convivência profissional do funcionalismo devem ser éticos e condizentes com a moralidade à bem do serviço público.
- D) Atos estatais contaminados por corrupção são tão ofensivos que acabam por atenuar à ação de funcionários que não se envolvem em falcatruas.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
 - B) deverá permanecer no local de trabalho.
 - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
 - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
 - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) adicionais e gratificações.
 - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
 - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
 - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
 - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
 - B) terá direito à remuneração.
 - C) ficará sem remuneração.
 - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
 - B) demissão.
 - C) advertência.
 - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
 - B) arquivamento do processo.
 - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
 - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
 - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
 - C) será facultado à servidora a data da publicação.
 - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
 - B) tempo de serviço em atividade privada.
 - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - D) licença para atividade política a partir da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
 - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
 - B) readaptação.
 - C) redistribuição.
 - D) aproveitamento.

21. Em 14 de março de 2012, o Senado Federal aprovou projeto referente ao direito de resposta na imprensa brasileira para pessoas ou entidades que se sentirem ofendidas pelo conteúdo publicado. Esse projeto
- A) cumpre exigência estabelecida pelo Código do Consumidor.
 - B) complementa artigo da Lei de Imprensa em vigor no país.
 - C) preenche lacunas deixadas no Código de Ética dos Jornalistas.
 - D) regulamenta artigo da Constituição Federal.
22. A respeito da aplicação do mecanismo conhecido por “classificação indicativa de programas de rádio e TVs”, conforme determinam a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que
- A) as faixas etárias e horárias são determinadas pelo Ministério da Cultura.
 - B) as faixas etárias são dez, doze, quatorze, dezesseis e dezoito anos.
 - C) os programas jornalísticos, esportivos e propagandas são classificados.
 - D) os programas ao vivo são excluídos de classificação por faixa e horário.
23. Os ensinamentos do episódio conhecidos por “Escola Base” têm relação direta com
- A) os casos de censura-prévia contra os jornalistas.
 - B) a luta pela melhoria do ensino universitário de jornalismo.
 - C) a conquista de um piso salarial unificado nacional para os jornalistas.
 - D) os princípios deontológicos do exercício da profissão de jornalista.
24. Em 2012, o jornalismo internacional comemora aniversário de 40 anos do famoso personagem “Garganta Profunda”, cujo episódio em que se envolveu consolidou
- A) a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.
 - B) a legitimação do contrato pragmático fiduciário.
 - C) a valorização do trabalho do assessor de imprensa.
 - D) a proteção da fonte jornalística mediante sigilo.
25. De acordo com o disposto nos artigos 220, 221, 222 e 223 da atual Constituição Federativa do Brasil, que tratam da Comunicação Social, é correto afirmar que
- A) A publicação de jornais e revistas impressos depende de autorização legal.
 - B) As concessões para emissoras de rádio são renovadas a cada dez anos.
 - C) Os estrangeiros são vetados de participar do capital das empresas do setor.
 - D) A propaganda de tabaco e bebidas é livre de restrições legais.
26. Nos termos da teoria do *accountability*, o conceito de “controle social” dos meios de comunicação contempla a proposta de
- A) regulamentação para imprimir a censura prévia.
 - B) adoção de mecanismos de responsabilização.
 - C) abertura do capital das empresas nas bolsas de valores.
 - D) restrições para estrangeiros atuar no setor.

27. Duas décadas depois de iniciada a primeira experiência de *ombudsman* na imprensa brasileira, o quadro que se apresenta atualmente é
- A) apenas dois jornais do país possuem o cargo.
 - B) a função está consolidada na maioria dos veículos impressos.
 - C) as emissoras de tevês públicas aderiram amplamente à novidade.
 - D) a maioria dos portais apostou na ideia e mantém a função.

28. A seguinte situação é bastante frequente nas rotinas produtivas do jornalista que trabalha com telejornalismo.

Há dois anos, você capturou uma determinada imagem, por exemplo, um pôr do sol na serra de Portalegre, com a cidade ao fundo e algumas crianças brincando. Porém a cena não foi utilizada no telejornal, mas continua no acervo da COMUNICA. Em um determinado dia, você lembra desse material bruto e quer usá-lo na edição do mesmo telejornal.

A atividade que facilitará bastante a recuperação desse material é

- A) clipping.
 - B) decupagem.
 - C) mensuração.
 - D) backup.
29. Quando no cumprimento de uma determinada pauta de telejornal for solicitado “fazer um *off*”, o repórter
- A) grava uma passagem de bloco sobre o assunto pautado.
 - B) faz uma sonora com o entrevistado, usando contraplano.
 - C) cobre, com a própria voz, trecho imagético da reportagem.
 - D) aparece na tela, relatando fatos no próprio local da pauta.
30. Recurso usado nas mídias impressa e eletrônica, com a finalidade de transmitir uma mensagem normalmente instigante, mas sempre incompleta em seu nexos lógico e quase sem pistas da sua sequência. Esse recurso denomina-se
- A) fio data.
 - B) *chat*.
 - C) *teaser*.
 - D) calhau.
31. A sequência ideal de narrativa de uma reportagem com curta-duração para um telejornal, a ser editada em pouco tempo, é
- A) *off* – sonora – passagem – sonora.
 - B) passagem – sonora – sonora – *off*.
 - C) sonora – *off* – sonora - passagem.
 - D) passagem – *off* – sonora – sonora.
32. A forma “stand up”, usada para apresentação de um texto em telejornal, consiste na
- A) leitura do texto pelo apresentador sem imagens do acontecimento.
 - B) entrada do repórter ao vivo direto do local do acontecimento.
 - C) leitura alternada e simultânea do texto por dois apresentadores.
 - D) alternância da função de repórter e apresentador na leitura do texto.

33. A respeito das características predominantes do rádio como meio de comunicação, é correto afirmar que
- A) o perfil da sua audiência é local e segmentado.
 - B) a audiência é alta devido à variedade da programação.
 - C) o horário nobre da FM é pela manhã, e o da AM, à tarde.
 - D) a rotatividade da audiência é muito baixa.
34. Trechos de uma entrevista usados numa edição de noticiário de rádio são denominados
- A) spots.
 - B) sonoras.
 - C) vinhetas.
 - D) tags.
35. Anúncio em forma de imagem gráfica, geralmente em formato GIF (animado ou não), inserto em página da web, com hiperlink para a página do anunciante denomina-se de
- A) backbone.
 - B) baud.
 - C) backup.
 - D) banner.
36. A produção de um texto não-linear para espaços virtuais como jornal online, sites de busca, home pages de organizações, blogs e ambientes de redes sociais implica
- A) indicar ligações semânticas com outro texto.
 - B) fugir da “ditadura” do lead na lógica da notícia.
 - C) deixar de aplicar a técnica da pirâmide invertida.
 - D) dispensar as formalidades da linguagem jornalística.
37. No contexto dinâmico da produção de conteúdo jornalístico para a internet, a
- A) notícia em tempo real significa necessariamente postagem online.
 - B) notícia online implica necessariamente postagem em tempo real.
 - C) notícia virtual implica necessariamente postagem online.
 - D) notícia virtual, online e tempo real são formatos equivalentes.
38. A habilidade de dominar a relação entre “entrelinhado”, “largura da coluna” e “tamanho da fonte”, no processo de editoração eletrônica, permite ao jornalista
- A) colocar cores fortes e vibrantes nos títulos e corpo do texto.
 - B) evitar a redução imediata do conteúdo do texto original.
 - C) dispensar as formas assimétrica e simétrica de diagramar.
 - D) inserir recursos gráficos, imagéticos e holográficos.
39. Insere-se geralmente no rodapé ou cabeça da página, traz no seu conteúdo a data e o nome do veículo, servindo para personalizar e identificar as páginas de uma revista. Esse recurso é
- A) linha fina.
 - B) fio data.
 - C) linha corrente.
 - D) crédito.

40. Observe o texto abaixo.

Você precisa de um banco que seja mais do que um simples prestador de serviços. Precisa de um parceiro experiente no mercado financeiro. Um atendimento personalizado e especializado na área de atuação de cada cliente. Um banco renomado mundialmente pela segurança e eficácia e, o mais importante de tudo, tenha toda a solidez de uma tradição secular. Seja cliente do nosso banco, um banco que contribui com conhecimento, agilidade e flexibilidade para o sucesso de cada operação.

No contexto da Comunicação Organizacional, o texto acima atende às exigências básicas

- A) de um posicionamento.
 - B) de uma nota à população.
 - C) de um press-release.
 - D) de um anúncio publicitário.
41. Ao ser solicitado para fazer uma *retranca* na edição de um jornal impresso, o jornalista:
- A) substitui a matéria por um texto-legendado.
 - B) ornamenta a matéria com desenho abstrato ou figurativo.
 - C) providencia um antetítulo para a matéria principal.
 - D) complementa a matéria principal em um *box* à parte.
42. A respeito da aplicabilidade de alguns elementos gráficos no processo de diagramação de uma página de jornal impresso, é correto afirmar que
- A) a colocação do *chapéu* resulta em capitular o parágrafo inicial.
 - B) o uso de *foto-legendado* na primeira página impede seu uso interno.
 - C) a aplicação da *linha fina* complementa informações da manchete.
 - D) a inserção do *fio data* substitui a distribuição do texto em colunas.
43. Quando se trata de aplicar o “estilo magazine” numa reportagem para uma revista impressa semanal, quinzenal ou mensal, é considerada inadequado
- A) preferir a narrativa literária.
 - B) dispensar descrição dos fatos.
 - C) adotar o *lead* do jornalismo diário.
 - D) abrir mão da investigação verticalizada.
44. O fenômeno conhecido por “Novo Jornalismo”, surgido nos anos 60 do Século XX, cujos protagonistas foram jornalistas como Tom Wolfe, Truman Capote, Gay Talese, entre outros, marca o jornalismo atual pela
- A) aplicação das técnicas do romance às narrativas textuais da reportagem.
 - B) adoção da diagramação simétrica nas capas dos jornais impressos diários.
 - C) incorporação das técnicas do “lead” e da “pirâmide invertida”.
 - D) diagramação assimétrica das capas dos jornais impressos.

45. As organizações em geral, como fontes emissoras de informações para seus mais diversos públicos, não devem ter a ilusão de que todos os seus atos comunicativos causam os efeitos positivos desejados ou que são automaticamente respondidos e aceitos na forma em que foram intencionados. A concordância com esse princípio implica
- A) trabalhar a comunicação numa perspectiva instrumental.
 - B) superar a visão mecanicista da comunicação.
 - C) adotar as mais modernas ferramentas de comunicação.
 - D) seguir o paradigma funcionalista da comunicação.
46. A política de comunicação organizacional que privilegia o *fluxo descendente* de informações tende a
- A) fortalecer os discursos da cúpula diretiva.
 - B) valorizar a existência da *rádio-peão*.
 - C) incentivar o surgimento de canais informais.
 - D) implementar uma comunicação participativa.
47. Quando a Organização adota o estilo *low profile* no relacionamento com a imprensa, ela
- A) incentiva seus funcionários a falar com a imprensa.
 - B) estabelece uma política de portas abertas.
 - C) intensifica sua visibilidade nos veículos.
 - D) diminui a concessão de entrevistas.
48. Uma atitude considerada estrategicamente inadequada, se adotada pela assessoria de comunicação, durante o gerenciamento de uma crise organizacional é
- A) definir um único porta-voz para falar sobre o episódio com a imprensa.
 - B) tomar a iniciativa de passar informação imediatamente à imprensa.
 - C) empenhar-se para evitar a divulgação do fato gerador da crise.
 - D) concentrar o fluxo interno de informações a serem repassadas à imprensa.
49. O monitoramento mais adequado da assessoria de comunicação no processo de “auditoria de imagem” da organização assessorada é
- A) limitar-se aos veículos impressos.
 - B) priorizar a mídia local e especializada.
 - C) restringir-se às matérias sugeridas pelos *releases*.
 - D) observar somente os grandes veículos.
50. Para ter uma gestão mais eficaz e eficiente dos *stakeholders*, a assessoria de comunicação estabelece uma estratégia que privilegia a
- A) relação envolvendo influência e poder.
 - B) percepção da abrangência e da quantidade.
 - C) importância do perfil geográfico e cultural.
 - D) dimensão da hierarquia e da autoridade.